

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
GERÊNCIA DE ENSINO POLICIAL CIVIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA
PÚBLICA

**DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E
FUNCIONAMENTO DE UMA DELEGACIA DE POLÍCIA DISTRITAL
DE GOIÂNIA**

EDUARDO CARLOS MARTINS FILHO

Goiânia – GO

2006

EDUARDO CARLOS MARTINS FILHO

**DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E
FUNCIONAMENTO DE UMA DELEGACIA DE POLÍCIA DISTRITAL
DE GOIÂNIA**

Artigo Científico elaborado para fins de avaliação final, no curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública, na Gerência de Ensino do Policial Civil, tendo com orientador o Prof. Ms. Eurípedes Barsanulfo Lima.

Bel. Direito - Universidade Católica de Goiás, Delegado de Polícia de 2ª Classe, Titular da 22ª DDP de Goiânia, da Diretoria Geral da Polícia Civil de Goiás, Especializando no CEGSP na Gerência de Ensino Superior Policial Civil.

EDUARDO CARLOS MARTINS FILHO

**DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E
FUNCIONAMENTO DE UMA DELEGACIA DE POLÍCIA DISTRITAL
DE GOIÂNIA**

Goiânia – GO, ____/____/____

Banca examinadora

Prof. MS Eurípedes Barsanulfo Lima	_____	UEG	_____
	Assinatura		Nota

Profª. MS Ana Clara Victor da	_____	UEG	_____
	Assinatura		Nota

Prof. Esp. Antônio Gonçalves P. dos Santos	_____	UEG	_____
	Assinatura		nota

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever a realidade da estrutura e funcionamento de uma Delegacia Distrital de Polícia de Goiânia, com vistas a conhecer a realidade de uma unidade policial, especificamente da região noroeste desta capital, visando o melhoramento das condições de trabalho e valorização dos profissionais da área tendo em vista o desenvolvimento no setor de segurança pública da nossa capital.

Palavras-chave: polícia judiciária; investigação; crimes; observação; levantamento; estrutura; funcionamento; resultado.

1 INTRODUÇÃO

O presente Artigo Científico tem como objetivo fazer um diagnóstico da realidade atual das condições estruturais e funcionamento de uma Delegacia Distrital de Polícia de Goiânia, tendo como referência uma unidade policial da periferia da cidade, especificamente da região noroeste da capital, com circunscrição de abrangência de aproximadamente vinte e dois bairros e população estimada em setenta mil (70. 000) habitantes. Essa é considerada uma região violenta e com elevado índice criminalidade, onde se verifica a ocorrência de diversos crimes que vão desde os crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio etc. e a conseqüente demanda dos serviços afetos a uma unidade policial da região.

Verificaram-se informações por amostragem obtidas junto ao setor de Planejamento da Polícia Civil sobre a atual estrutura material e funcional de uma delegacia distrital de polícia de Goiânia, soubemos que apesar dos atuais investimentos ainda não foi possível atingir um modelo ideal na área de segurança pública tendo em vista a necessidade de uma reestruturação das unidades policiais tanto da capital quanto do interior.

Soube-se que devido o crescimento estratosférico desta capital, ao longo do tempo as unidades policiais, foram instaladas em imóveis destinados a residências, que eram alugados e posteriormente adquiridos para sede dos distritos policiais, sendo que algumas foram adaptadas e até modificadas para o funcionamento de uma Delegacia, contando com espaços desproporcionais para atender a demanda.

Com o diagnóstico da estrutura organizacional e funcional de uma unidade policial poderemos inteirar dos problemas relacionados ao funcionamento de uma delegacia distrital base da policia judiciária encarregada da repressão e combate à criminalidade que atinge todos os segmentos sociais.

Verificou-se que a estrutura atual ainda não atende a realidade da demanda nas unidades policiais, especificamente da região noroeste da capital. Com a realização do levantamento dos recursos disponibilizados nas unidades policiais daquele local e o seu funcionamento constou-se que as dificuldades existentes interferem na prestação de segurança à população. Faz-se exposição da experiência na implementação de um novo modelo de Delegacia em outra unidade da federação buscando a modernização do trabalho policial.

Os fatores já conhecidos como o êxodo rural, o processo migratória das pessoas para as grandes cidades em busca de oportunidades e melhores condições de vida, no caso de Goiânia, atraídas pela consolidação da jovem capital e a proximidade da capital federal, a retirada das famílias das are de ocupação, o interesse político e ideológico no aumento populacional da cidade, levaram ao crescimento desordenado dos bairros que compõe a região noroeste desta capital, onde aglutina uma multidão de pessoas na sua maioria entregues a própria sorte pela exclusão social e a dificuldade do exercício da cidadania garantido na constituição brasileira, sendo negado aquela população os direitos sociais a educação, a saúde, a moradia, o lazer, a alimentação, a assistência aos desamparados, a segurança etc.¹

A falta de políticas públicas e da rede de proteção social, demonstram a ineficácia da ação governamental em atuar nas causas que geram violência e criminalidade, principalmente nas regiões mais carentes como é o caso da região

¹ Artigo 10 da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

noroeste. Faz-se necessário implementar as ações de governo na geração de emprego e renda e educação familiar, conscientização da importância do planejamento familiar, visando diminuir a criminalidade nessas regiões consideradas de baixa renda.

Ressaltando que no campo sociológico uma camada da população desta região é considerada classe operária que sofre as consequências de um modelo econômico ultrapassado imposto pela classe dominante que visa a exploração da classe dominada utilizando a “mais - valia”.²

Diante dos problemas correlatos encontrados nas periferias das grandes cidades as pessoas vem procurando se organizar e utilizar mecanismos como os Conselhos de Segurança Pública para fazer valer seus direitos alertando a necessidade da presença do Estado nestes locais de risco através de seus órgãos dentre estes de uma unidade policial aparelhada para prestar segurança junto a comunidade.

Daí a importância em diagnosticar o funcionamento desta unidade policial, pois ao mesmo tempo estaremos conhecendo e apresentando a comunidade os problemas que afetam a prestação de segurança a população.

A começar da estrutura física que apresenta condições precárias o que dificulta um bom atendimento as pessoas que procuram um Distrito Policial para a solução de seus problemas relativos a segurança pública.

A falta de equipamento, aparelhamento a informatização das unidades policiais podem comprometer o bom andamento das atividades concernentes às investigações policiais.

A defasagem de policiais civis diante a enorme demanda existente nos Distritos da periferia desta capital torna inócuo o trabalho de investigação dos crimes ocorridos em sua circunscrição.

Para realização da pesquisa recorreremos a fontes primárias em instituições públicas, buscando-se fazer um levantamento das condições estruturais e funcionamento de uma unidade policial da região noroeste.

² Mais-valia em economia é o valor do que o trabalhador produz menos o valor de seu próprio trabalho (dado pelo custo de seus meios de sobrevivência). A mais-valia mede a exploração dos assalariados pelos capitalistas, e é a fonte de lucro deste

Para realização da pesquisa utilizamos pesquisa bibliográfica, consultando a literatura publicada, livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet acerca do tema pesquisado.

Realizamos pesquisa descritiva, para descrever uma unidade policial da região noroeste desta capital, objetivando conhecer seu aspecto estrutural e funcionamento.

Em busca do diagnóstico além da pesquisa de campo, por meio de observação direta para conhecer a estrutura e o funcionamento de uma unidade policial daquela região, conversamos com profissionais da área acerca da sua realidade de trabalho. Realizamos visitas ao setor de planejamento da polícia civil e da secretaria da segurança pública em busca de dados relativos a pesquisa.

2 POLÍCIA CIVIL

A importância e seriedade da segurança pública à sociedade brasileira, foi consagrada em nossa constituição federal no Título V que trata da defesa do Estado e das Instituições democráticas, estando prevista no Capítulo III, da Segurança Pública, Artigo 144, C.F:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, “[...] IV – polícias civis [...]”. Sendo que o mesmo dispositivo trata da função constitucional das polícias civis em seu § 4º: “Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. (BRASIL, C.F 1988, p. 88)

Verifica-se que o Artigo 4º, do C. P. P já estabelecia que “A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria”.

A constituição do Estado de Goiás também tratada da segurança pública no Capítulo IV, Artigo 122, C.F:

A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para assegurar a preservação da ordem pública, a incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente e o pleno e livre exercício dos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos, sociais e políticos, estabelecidos nesta e na Constituição da República, por meio dos seguintes órgãos: I – Polícia Civil [...]. Sendo que no artigo subsequente estabelece a função constitucional da polícia civil prevista na Constituição Federal³. (GOIÁS, C.E, p. 55/56)

Para a melhor compreensão do nosso aparelho de segurança pública percebemos que no âmbito dos Estados existem a Polícia de Segurança e a Polícia Judiciária, sendo que a primeira tem por objetivo as medidas preventivas, visando manter a ordem jurídica e garantia da ordem pública, enquanto que a Polícia Judiciária intervém quando os fatos que a Polícia de Segurança pretendia prevenir não puderam ser evitados e os fatos que e a Polícia de Segurança não imaginava poder acontecer.

Segundo Garcia (1998, p. 6)

A Polícia Judiciária é órgão auxiliar da Justiça. Tem por finalidade investigar as ocorrências delituosas, fornecendo ao Ministério Público os elementos que permitam a propositura da ação penal. É ela que mantém os primeiros contatos com a infração e cuida para que não desapareçam os vestígios. A finalidade principal da Polícia Judiciária é a elaboração do Inquérito Policial.

Para o seu funcionamento além dos equipamentos necessários uma Delegacia Distrital deve contar com profissionais com formação específica na área para desenvolver suas atividades tendo como principal a realização de investigação e elaboração de Inquéritos, a Polícia trabalha em equipe, formada pela Autoridade Policial, que preside as investigações e o Inquérito, ingresso na carreira através de concurso público conforme acima citado. Os escrivães de polícia que trabalham auxiliando a Autoridade Policial, realizando serviços de cartório, registrando as diligências realizadas e organizando o Inquérito, segundo instruções e determinações recebidas. Os agentes de polícias são encarregados das investigações empíricas e hoje em dia podem contar com investigação em rede.

³ Artigo 122, inciso I, Constituição do Estado de Goiás: “o exercício da polícia civil é privativo de membro da carreira, recrutado por concurso público de provas, ou de provas e títulos, e submetido a curso de formação policial”.

Atende determinação da autoridade para realização de diligências. Os peritos, encarregados das investigações de corpo de delito, parte material da ocorrência delituosa.

Segundo Brochado (1995, p. 202)

[...] Esses aspectos das responsabilidades de polícia judiciária caracterizam uma atividade técnica, metódica, paciente, discreta e contínua que reclama alta qualidade profissional e uma acrisolada sensibilidade ética. É um empreendimento que demanda, acima de tudo, a tranqüilidade de efetivos qualificados – numericamente suficientes e profissionalmente bem qualificados [...]

O autor, João Manoel Simch Brochado (1995), em sua pesquisa sobre os órgãos de segurança no país considera uma população de setenta e cinco mil habitantes (75. 000), em princípio, um bom distrito policial onde não estaria comprometida a sensibilidade com a comunidade, desde que receba apoio das Delegacias Especializadas, na medida de complexidade urbana, incidência de criminalidade e de delitos especiais. Entendendo que os efetivos policiais civis no Brasil como um bom dado de planejamento deveria ser em torno de 0, 25 % da população de sua área. De modo que para o funcionamento de uma Delegacia Distrital, ininterruptamente, com a população antes citada, seria necessário um efetivo de trezentos (300) policiais civil, para prestação do serviço de segurança à população.

Segundo o Projeto de Segurança Pública para o Brasil, Instituto de Cidadania (2002, p. 40)

[...] A delegacia brasileira típica parece a expressão mais eloqüente dos aspectos improdutivos e paralisantes de nossa herança colonial: para que um papel volte a ser um papel dotado de valor, isto é, converta-se em documento, é preciso submetê-lo ao itinerário de vários endossos e revalidações cartoriais, envolvendo turnos diversos e mobilizando distinto profissionais. Isso tudo transcorre em ambientes fisicamente degradados, insalubres e hostis, extensões estéticas da carceragem (ainda instaladas em delegacias, em quase todo o país), que absorve todos os escassos recursos, quase todo tempo e a maior parte das preocupações dos delegados. Os policiais e o público sentem-se desrespeitados pelo cenário decadente, tradução sombria da negligência governamental, que, infelizmente, ainda é a regra na maioria dos estados brasileiros [...]

Para Campos e Soares (2003, p. 9/10)

[...] As policias Civis no Brasil vem sofrendo uma forte pressão da sociedade para melhoria dos padrões de confiabilidade, eficiência, velocidade e resultados relacionados ao controle da criminalidade [...] Apesar de o aumento da criminalidade ser um fato incontestável, juntamente com o agravamento das condições de desigualdade e exclusão social, as polícias brasileiras têm apresentado há anos o mesmo padrão de resposta – aquisição de armas, veículos, computadores e utilizando tudo de forma desarticulada, sem planejamento, sempre atuando com padrão reativo de resposta e nunca com ações pró-ativas. Um aspecto muito interessante nesta questão é o fato de que boa parte das instituições brasileiras de segurança pública estaduais, agem da mesma forma diante dos problemas de segurança pública e todos, sem exceção, também obtém os mesmos resultados medíocres e os mesmo padrões de ineficiência, sem deixar de lado que todos têm a mesma imagem desgastada diante da população. As instituições policiais não

acompanham a mudança que a sociedade moderna vem sofrendo e, conseqüentemente, não conseguiram relacionar as conseqüências destas mudanças tanto nas formas novas da criminalidade, quanto nos instrumentos necessários ao seu controle. É quase inacreditável que a Polícia Civil no Brasil, que tem como missão institucional a atividade de polícia judiciária, a investigação criminal, não tem se voltado com para análise desta nova sociedade, para a adaptação de seu conhecimento a esta nova ordem, para a reformulação de suas referências, para a construção de uma nova lógica funcional, para a instalação de uma nova estrutura organizacional, para a reformulação de seus processos de trabalho, para a definição de novos parâmetros de aferição de desempenho e produtividade, para a redefinição do perfil de seus colaboradores, para a reestruturação das academias de polícia e de seus currículos. Enfim, seriam todas as ações necessárias à adaptação de uma organização a uma nova realidade do ambiente. É incrível como a Polícia Civil no Brasil inteiro agiu de forma semelhante ao negar o advento desta nova forma de organização social, com inovações tecnológicas de impacto, com redes de informação bem desenvolvidas e com uma nova lógica na produção de riqueza. A Polícia Civil e, em geral a área de segurança pública, no Brasil manteve-se totalmente alheia às inovações surgidas. Manteve-se firme em suas posições tradicionais e nem se apercebeu de suas ações, que se tornaram cada vez mais distantes das necessidades da sociedade [...]

Faz-se necessário ainda para a melhor compreensão do estudo citar os princípios básicos da administração pública contido no Artigo 37⁴, C.F:

A administração pública direta indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

Evidenciando o princípio da eficiência que foi inserido no texto constitucional, através da emenda constitucional nº 19 de 4 de junho de 1998, alterando o art. 37 , C. F, conforme antes citado.

Segundo Valois (2003, p. 2) [...] O renomado Hely Lopes Meireles, definiu o princípio da eficiência, como “o que impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”, e acrescenta que “o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração” [...].

⁴ Alterado pelas Emendas Constitucionais nº 18/98, 19/98 e 20/98

Ainda segundo a autora não basta que o estado atue sobre o manto da legalidade, quando se trata de serviço público faz-se necessário uma melhor atuação do agente público, e uma melhor organização e estruturação por parte da administração pública, com o objetivo de produzir resultado e satisfatórios as necessidades da sociedade.

3 DELEGACIA DISTRIAL DE POLÍCIA DE GOIÂNIA

Para realização da pesquisa de campo foi utilizado o Kit de Avaliação da Delegacia de Polícia produzido pela Altus Global Aliança, o qual segundo informações foi concebido com o objetivo de facilitar visitas de rotina às delegacias e produzir uma medida numérica simples para avaliar o grau em que o projeto e o funcionamento dessas repartições atendem ao público.

Este Kit conciso explica como conduzir uma avaliação. Ele contém diretrizes gerais, instruções para os coordenadores de grupo e dois formulários: o Questionário do visitante e a Tabela de avaliação para visitantes.

O objetivo do Kit de Avaliação da Delegacia de Polícia é avaliar o grau em que uma delegacia é projetada e administrada para atender ao público. Essas visitas podem ser conduzidas por pesquisadores, estudantes de pós-graduação, policiais, outros funcionários públicos, profissionais do setor privado e moradores da região. Para possibilitar a comparação de resultados ao longo do tempo e de delegacias distintas, todos os visitantes precisam usar o mesmo método de observação e avaliação dessas repartições. É importante que os visitantes sigam fielmente as diretrizes gerais, que são as seguintes:

I. Organizar a visita com antecedência. A visita deve pegar os funcionários da delegacia de surpresa. Eles devem saber que você pretende permanecer pelo período aproximado de uma hora e que deseja conhecer todas as partes da delegacia, exceto os alojamentos destinados ao pessoal.

II. Fazer a visita em grupo e designar um coordenador para o grupo. Pelo menos três visitantes devem compor o grupo, dos quais um é o coordenador. Isso permite dividir as tarefas de observação e comparar as impressões.

III. Estabelecer a divisão do trabalho e do foco de atenção para garantir que todas as partes da delegacia sejam observadas. Por exemplo, um integrante do grupo pode concentrar a atenção na área de recepção, enquanto outro se responsabiliza pela área da carceragem.

IV. Estudar o Questionário de visitantes e a Tabela de avaliação para visitantes antes da visita. Os visitantes devem refletir sobre os tipos de informação que ajudarão a responder as perguntas e avaliar a delegacia.

V. Não esquecer de parar e conversar rapidamente com o funcionário que está trabalhando e com o público presente na delegacia. Por exemplo, você pode pedir ao funcionário que explique o que está fazendo no momento e solicitar que as pessoas falem sobre o motivo de sua presença na delegacia e o tipo de assistência que estão recebendo.

VI. Não levar papel, lápis ou outro material desse tipo para a delegacia. Todas as observações devem ser registradas imediatamente após a visita.

VII. Discutir as impressões em grupo imediatamente após a visita. Depois de comentar as impressões em grupo, cada integrante, individualmente, deverá responder as 20 questões do Questionário do visitante e preencher a Tabela de Avaliação para visitantes. As avaliações devem ser fornecidas ao coordenador do grupo, que redigirá um relatório informativo para acompanhar e explicar as notas atribuídas na tabela de avaliação.

Constatou-se que a estrutura física da maioria das Distritais corresponde às dependências de uma casa com adaptações para o seu funcionamento, geralmente com estacionamento insuficiente para o usuário e até mesmo para as viaturas, contam com uma recepção pequena, gabinete do delegado, cartório central, sala de ocorrências e T. C. Os (Termos Circunstanciados de Ocorrências), sala de cartório, dependência de cozinha pequena e improvisada, dois banheiros, uma para o público e outro para funcionários, com duas celas construídas ao fundo e geralmente no interior do prédio em condições precárias.

As salas são instaladas com mobílias de escritório, mesas, cadeiras, armários, contrastando os móveis novos e antigos, com três a quatro computadores,

sendo dois novos, destinados na última aquisição, impressoras antigas com freqüente manutenção, linhas telefônicas com prefixo geral dos órgãos 201, com aparelhos antigos sem identificador de chamadas ou dispositivo de proteção das ligações, ressaltando que os **computadores têm acesso a Intranet, com registro de B. Os e T. C. Os on-line, Sisp, Infoseg, Tribunal de Justiça, Aganp etc**, sendo que na maioria das unidades policiais não há rádios portáteis e nem central de comunicação com as viaturas. As Distritais possuem em média três viaturas utilizadas para o desempenho de suas atividades.

O quadro de pessoal geralmente conta com um delegado de polícia, quatro escrivães de polícia, três agentes de polícia, uma zeladora, raramente uma recepcionista, e quatro agentes de polícia em regime de plantão no período noturno, finais de semana e feriados, neste contexto excetua-se cinco centrais de flagrantes desta capital que funcionam em sistema de plantão, revezamento de quatro grupos, cada um com um delegado e sua equipe de plantão encarregada de atuar nos casos de emergências, lavratura de flagrantes, T. C. Os, B. Os etc.

3.1 FOTOGRAFIAS DE DELEGACIA DISTRICTAL DE POLÍCIA DE GOIÂNIA



Fonte: Autor



4 RELATÓRIO INFORMATIVO

Este relatório foi baseado nas visitas realizadas em outubro de 2006 a uma delegacia de polícia da região noroeste de Goiânia, capital do Estado de Goiás, Brasil. Os integrantes do grupo foi o autor deste artigo e dois funcionários públicos da área de segurança pública.

A Delegacia de Polícia visitada (Delegacia de Polícia A), está instalada em prédio pequeno para atender a população considerável. Essa Delegacia conta com cerca de quatorze (14) funcionários, sendo que destes quatro trabalham no plantão para vigilância do prédio, uma zeladora e uma funcionária que atendia na recepção, porém esta se encontra de licença médica, restando nove (09) funcionários com o delegado de polícia para atender aproximadamente 70.000 pessoas dos vinte e dois bairros que integram sua circunscrição. Após autorização do delegado de polícia a visita foi agendada para o período vespertino, sendo que o delegado de polícia acompanhou o trabalho realizado na unidade policial. Os pesquisadores se reuniram antes da visita para discutir as áreas de atenção. Cada pesquisador subdividiu sua área nas dez categorias presentes na Tabela de avaliação do Kit de Avaliação.

A Delegacia visitada provocou uma impressão razoável, como mostra as notas que lhe foram atribuídas: 22, 23 e 26 em um máximo de 50. Embora com espaço físico pequeno, a delegacia transmite uma impressão de ordem e limpeza. A sinalização na área externa é razoável, porém não existem meios de comunicação fácil com o público, como caixas de sugestão ou queixas, e folhetos e cartazes informativos. Não há exposição de números atualizados sobre denúncia de crimes recentes e acompanhados do grau de gravidade e localização, como não há exposição em destaque de medidas atualizadas do desempenho da polícia. De modo geral, o público presente na delegacia, aparentavam tranquilidade, estavam sendo atendidos e o espaço é pequeno. O prédio tem aspecto reduzido com poucas salas compartimentadas com divisórias, o que causa desgaste e desconforto tanto aos funcionários quanto ao público. Na realidade o espaço físico da delegacia não corresponde a demanda do atendimento ao público e dos trabalhos realizados na delegacia de polícia local, tendo em vista que trata-se de uma região populosa.

A partir das discussões com o delegado de polícia, ficou evidenciado que a delegacia funciona de modo compartimentado, o que afeta negativamente a

prestação de serviços. Há duas celas construídas nos fundos da delegacia, onde os presos permanecem somente durante a formalização de sua prisão (auto de prisão em flagrante, cumprimento de mandado de prisão etc.), sendo transferidos imediatamente a uma central de flagrantes onde esperam vaga para serem transferidos para C.P.P (Casa de Prisão Provisória). Um fato que contribuiu significativamente para as notas baixas atribuídas a essa delegacia, além das deficiências das instalações do prédio, foi a defasagem de pessoal diante a demanda existente na delegacia que atende uma população considerada de baixa renda. Os pesquisadores foram informados que apesar dos últimos concursos realizados, na maioria dos distritos policiais desta capital ainda existe defasagem de policiais civis.

5 CONCLUSÃO

Faz-se necessário a construção planejada de prédio padronizado para o funcionamento de uma Delegacia Distrital na região noroeste para dar conforto ao cidadão e melhores condições de trabalho aos policiais com um mobiliário padrão, moderno e funcional. O aparelhamento da unidade policial, informatizadas e desburocratizadas e sem carceragens, orientadas pelos princípios da pronta resposta ao cidadão. A implantação de tecnologia com computadores, impressoras, scanners, fotos digitalizadas, ligações em rede, ligações com outros bancos de dados.

Realizar convênios com Faculdades e Universidades para viabilizar pessoas especializadas para funções não-policiais no Distrito como recepcionistas (estagiários universitários, supervisionados por um profissional) e administrador (recrutados e treinados na universidade). Sendo que o resultado será a melhoria da qualidade do atendimento e dos serviços de manutenção, combinada à liberdade de todo o tempo de trabalho dos policiais para o cumprimento das atividades fins. Estender para os distritos o trabalho de assistentes sociais e psicólogos para dar suporte ao atendimento ao público que procurada a unidade policial, muitas vezes necessitando da assistência de profissionais daquela especialidade.

O aumento considerável do efetivo dos policiais civis encarregados da realização das investigações policiais, oferecendo cursos de capacitação profissional em sua área de atuação qual seja de investigação. Buscando a inclusão digital dos policiais que não tem vivencia com computadores e o aperfeiçoamento dos que já possuiu conhecimento na área, tendo em vista a importância da informatização no trabalho policial, oferecendo ainda cursos permanentes de técnicas de investigação, atividades físicas e treinamento constante na academia de polícia.

DIANGOSIS OF THE STRUCTURE AND THE OPERATION OF A POLICE PRECINCT THE CITY OF GOIÂNIA

ABSTRACT

The objective of this paper is to describe the structure and the workings of a Police Precinct in the city of Goiânia, to determine the current conditions of our police units, more specifically, those located in the northwest of the city. The goal is to improve the work environment and to value the professionals who are active in this area, in view of the development of the public security sector in our city.

Key words: judiciary police, investigation, crimes, observation, survey, structure, workings, result.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALTUS Global Alliance, Local para Global. Rio de Janeiro, Nº 1, abril 2004. Disponível em <<http://www.altus.org>>acesso em 12. maio. 2006

Brasil. Constituição (1988). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

BROCHADO, João Manoel Simch. O cidadão protegido. Brasília, Dom Bosco, 1995

CAMPOS, César José de; SOARES, Marcelo de Oliveira. Inteligência Competitiva para a 5ª Delegacia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. 2003. 9/10f. Projeto Final (Especialista em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Constituição do Estado de Goiás – 1989. Assembléia Estadual Constituinte.

GARCIA, Ismar Estulano. Procedimento Policial: inquérito. 7 ed. Goiânia: AB-Ediora, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Míni Dicionário da Língua Portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

Projeto Segurança Pública para o Brasil – 2002. São Paulo, Instituto da Cidadania.

VALOIS, Fernanda. A atuação do Princípio da Eficiência. Maio. 2003
Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/10/99/1099>

ANEXOS

**QUESTIONÁRIO DO VISITANTE E
TABELA DE AVALIAÇÃO PARA VISITANTE**

EXPERIÊNCIAS DE UM NOVO MODELO DE DELEGACIA IMPLEMENTADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (RIO DE JANEIRO)



Antes

Depois



Prédio da 6ª DP



Prédio da 22ª DP



Antes

Depois



Salão da 5ª DP Gomes Freire.



Estações de trabalho – 5ª DP Gomes Freire



Salão – 21ª DP Bonsucesso



Visão do trabalho – 41ª DP Jacarepaguá



Salão – 21ª DP Bonsucesso



Curso preparatório para o uso do computador
– ACADEPOL.



Setor de identificação permite passar imagem
para o PC



Casa de Custódia de Volta Redonda